

## Dinâmicas urbanas da comunidade Bom Socorro do Zé Açú – Parintins

(AM)

Ramiro Ribeiro Costa<sup>1</sup>  
Estevan Bartoli<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo desta pesquisa é entender as funções urbanas da comunidade de Bom Socorro e sua relação com Parintins e comunidades adjacentes, bem como seus papéis e relações com a sede municipal. Para isso, foi necessário a aplicação de questionários, destinados aos donos de comércios, donos de embarcações e presidente da comunidade, além das observações em campo. Foi identificado que o perfil de serviços e infraestrutura do Bom Socorro é distinto das comunidades menores, portanto, mais complexo que o coloca em uma posição hierárquica diferenciada em relação às demais. A sua posição é estratégica na relação sítio / situação, pois se localiza em beira de rio navegável na microbacia do Zé Açú, sendo nódulo de absorção e distribuição de produtos oriundos da cidade.

**Palavras-chaves:** Parintins. Territorialidade. Comércio.

### Abstract

The main objective of this research is to seek to understand the urban functions of the Bom Socorro community and its relationship with Parintins and adjacent communities, as well as its roles and relationships with the municipal seat. For this, it was necessary to apply questionnaires, aimed at business owners, boat owners and the president of the community, in addition to field observations. It was identified in this study that the profile of services and infrastructure in Bom Socorro is different from smaller communities, therefore, it presents a more complex profile, and this places it in a differentiated hierarchical position in relation to them. Its position is strategic in the site/situation relationship, as it is located on a navigable shore in the Zé Açú micro basin, being a node for the absorption and distribution of products.

**Keywords:** Parintins. Territoriality. Business.

## INTRODUÇÃO

Recentemente pesquisas sobre cidades pequenas até então pouco privilegiadas, vem sendo retomadas. Cientistas das mais diversas áreas passaram a estudar sua importância, significados e representação econômico-social no processo da urbanização

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia – Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: costaramiro07@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Dr. Estevan Bartoli do curso de Licenciatura em Geografia – Universidade do Estado do Amazonas – UEA E-mail: ebartoli11@gmail.com

brasileira<sup>3</sup>. Ainda menos debatido que estudos sobre cidades pequenas, são os estudos relacionados a comunidades. Para adentrar na temática proposta desta pesquisa, foi adotado o conceito de Comunidade Ribeirinha de Monte-Mór (1994), que considera como sendo unidades espaciais de ocupação humana que, associadas, configuram estrutura, forma e funções urbanas na escala local, estabelecendo desse modo, a base de uma rede urbana incipiente que convive com redes consolidadas baseadas nas cidades para o espaço regional.

A proposta metodológica do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) desenvolvida por Bartoli (2017) sobre a cidade de Parintins, é considerada neste estudo com o intuito de ser adaptada para entendimento da dinâmica da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, localizada no interior no município de Parintins. Como a proposta do STUR foi construída analisando fluxos e redes de sujeito partindo da cidade, inverte-se o prisma analítico no presente estudo.

Portanto, o enfoque deste estudo considera o papel urbano do Bom Socorro, que exerce diversas funções, como prestação de serviços de educação, saúde, dentre outros, além de cumprir função de “porta de entrada” para produtos advindos da área urbana de Parintins, servindo como nó distribuidor desses produtos para outras comunidades no interior da gleba Vila Amazônia<sup>4</sup>, atuando, desse modo, com uma função urbana mais significativa do que a rural.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa busca entender as funções urbanas da comunidade de Bom Socorro, bem como seus papéis e relações que ela possui com a sede municipal de Parintins. Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o perfil urbano da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, enumerar e analisar os indicadores (comércios, escola, farmácias, postos de saúde etc.) presentes nas comunidades);
- Descrever as principais redes de sujeitos que constroem territorialidades entre a cidade e a comunidade (tipos de produção, comércios, tipologia de fluxos de embarcações, coletivos organizados, cooperativas ou associações)

---

<sup>3</sup> Exemplo da recém-criada rede de pesquisas Mikripoli e dos Simpósios Nacionais sobre Cidades Pequenas (SINAPEQ)

<sup>4</sup> A Comunidade em estudo pertence a gleba de Vila Amazônia, caracterizada como assentamento rural, que segundo Freitas (2021), corresponde a um conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

- Mapear a relação de rede de comércio do Bom Socorro Zé Açú em relação a Parintins, e descrever os fluxos existentes entre a comunidade e demais comunidades como/qual a comunidade exerce função.

A metodologia abrange a coleta de dados com aplicação de questionários semiestruturados ocorrido por meio de entrevistas na comunidade, com intuito de evidenciar a maneira com que a comunidade se insere no STUR. Foram aplicados 11 questionários para diferentes redes de sujeitos da comunidade, bem como donos de comércios (8), donos de embarcações (2) e o presidente da comunidade (1). Também foram realizadas as pesquisas indiretas, por meio de observações em campo e imagens fotográficas. Para a elaboração do mapa que sintetiza os fluxos que ocorrem na comunidade, utilizou-se o *software* de criação de mapas *Qgis*, versão 3.16.17. Os arquivos *shapefile* foram, em parte, extraídos da base de dados do IBGE (2020) e, em parte, elaboração a partir dos dados extraídos em campo.

Os dados foram tabulados para melhor organização e analisados visando discutir elementos do modelo STUR na comunidade estudada.

Na primeira seção, abrimos espaço ao referencial teórico da pesquisa em que discutimos processos urbanos ocorridos na Amazônia, seguido das descrições do modelo STUR. Na segunda seção, apontamos o perfil socioeconômico da comunidade do Bom Socorro no contexto da hierarquia local. A relação do Bom Socorro com as comunidades e com a zona urbana de Parintins são retratadas na última seção e nele poderemos observar a importância que a comunidade possui nesta pequena área da região amazônica.

Em razão da carência de pesquisas relacionadas a comunidades ribeirinhas na Amazônia, este trabalho contribui no entendimento do fenômeno urbano, particularmente num nóculo importante que possui relações internas com a cidade de Parintins.

## **1. O PROCESSO URBANO NA AMAZÔNIA**

O processo de urbanização na Amazônia é retratado por diversos autores (CORRÊA, 1987; GODFREY, 1988; BECKER, 1990). Apesar da antiga imagem de um ambiente predominantemente rural de matas decrescentes, a sociedade amazônica tem

sido predominantemente urbanizada pelo menos desde 1980 (BROWDER; GODFREY, 2006). Em sua maioria, os habitantes residem em cidades.

Assim como comenta Costa *et al.* (2013b), não se pode desconsiderar que muitas comunidades rurais da Amazônia passaram por um processo histórico semelhante no seu processo de constituição. Então cabe analisar e entender como as comunidades amazônicas se formaram no contexto geral da Amazônia, visto que seu aspecto histórico é fundamental para saber como as mesmas foram se delineando, se modificando até chegar ao período atual, para que então se possa compreender de que forma as comunidades estudadas assemelha-se e se diferencia das demais comunidades amazônicas (COSTA *et al.*, 2013b).

O fenômeno urbano na Amazônia contemporânea se estende pelo território e se estrutura por diversas formas socioespaciais, tais como as comunidades locais, que, ao formarem redes urbanas incipientes, têm características particulares definindo sua importância na estruturação do território regional (AMARAL *et al.*, 2013).

Corrêa (1987) relata sobre a periodização da rede urbana na Amazônia. Segundo ele, entre a metade do Século XVII ao final da primeira metade do Século XVIII, ela era organizada por fortins, aldeias missionárias e mão-de-obra indígena, sendo as aldeias o embrião da rede urbana comandada por Belém. Entre 1750 e 1780, aproximadamente, a embrionária rede urbana passaria por uma fase de relativo desenvolvimento apoiado totalmente por Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro português (CORRÊA, 1987). A estagnação da vida urbana viera no final do Século XVIII e primeira metade do Século XIX, devido a estagnação econômica regional (CORRÊA, 1987). Entre 1850 a 1920 a rede urbana ganha nova dimensão, pois este período tem como pano de fundo o *boom* do extrativismo da borracha que revigorou tanto a economia como a rede urbana e ampliou área ocupada e da produção de borracha, resultado inevitável do aumento de uma produção baseada no extrativismo, que gerou a necessidade de novos núcleos urbanos, sendo também uma consequência da revalorização econômica de suas respectivas hinterlândias (CORRÊA, 1987). Os intensos processos de mudanças tanto econômico quanto urbano são marcados desde o início da década de 60 (CORRÊA, 1987).

Em 1970, a população amazônica urbana representava 37,3% chegando a 71,22%, em 2007, demonstrando crescimento no decorrer dos anos. Essas transformações urbanas culminaram em mudanças significativas nos padrões territoriais

da região amazônica, onde atualmente se configuram como além da existência de cidades e vilas, também englobam projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, unidades de conservação e sedes de fazendas. Tais evoluções levaram Becker (1995) a utilizar o termo *floresta urbanizada* no sentido de se discutir o espaço urbano como parte importante no processo de transformação constante, uma vez que compreender a urbanização na Amazônia a partir do crescimento no número de cidades e da sua população não atende as particularidades do processo de urbanização da região (BECKER, 2005; 2013). Já que a urbanização também pode ser medida pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade (BECKER, 2005).

Becker (2005) aponta sobre uma grande modificação estrutural no povoamento da região amazônica ao longo das rodovias devido à mobilidade espacial com forte migração e contínua expropriação da terra, o que ocasionou a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas, tanto que no censo do ano 2000, cerca de 70% da população na região norte, estavam localizadas em núcleos urbanos, embora carentes dos serviços básicos.

No início do século XX, principalmente após o declínio da economia da borracha, houve crise nas finanças públicas dessas cidades, sem significar crise generalizada para “a população da floresta e para os migrantes nordestinos pobres” (MONTAIA; COSTA, 2019).

Silva (2010) aponta sobre a importância de analisar os pequenos centros urbanos e cidades intermediárias que explicam sobre o contexto da organização espacial de um determinado país. Por conseguinte, elas devem contribuir para o pleno entendimento da estrutura e dinâmica do território brasileiro, cada vez mais inserido no contexto global (SILVA, 2010). A autora realiza a abordagem urbano-regional, que valoriza o sistema de cidades como um todo, e que contribui fortemente para os estudos de caso, com destaque para a dinâmica da organização interna das pequenas e médias cidades.

Já Bartoli (2017; 2018; 2020), a partir da formulação do modelo STUR embasado em uma sub-região específica do estado do Amazonas (Microrregião de Parintins), analisa o processo urbano como uma manifestação de redes de sujeitos des-re-territorializados, que ao migrarem para as cidades, reconstróem territorialidades. O autor defende que as principais relações que moldam o espaço urbano e as redes (entre cidades e cidades-interiores), são formadas através da interação entre a economia popular com o capital mercantil e suas escalas mais amplas (BARTOLI, 2017).

Para entender a economia popular, Bartoli (2017; 2018) elenca critérios de análise de parte da economia popular denominada como STUR.

## 2. INOVAÇÕES METODOLÓGICAS E O MODELO STUR

Parte das interpretações acadêmicas sobre cidades na Amazônia abordam aspectos sobre dinâmicas que interferem na produção do espaço regional, como papéis de mediação, polarização, centralidade, influência política e cultural ou de sua responsabilidade territorial, caracterizando assim as funções representativas das cidades (em sentido geral) (BARTOLI, 2018a).

Schor *et al.* (2016) apontam procedimentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Amazonas, na tentativa de compreender a relação entre o processo contemporâneo de urbanização na região, por meio da multiescalaridade. Em primeiro momento, os autores trazem um conceito de tipologia para a rede urbana do estado do Amazonas, por meio de agrupamentos de variáveis institucionais tais como: dinâmica populacional; variáveis históricas; relações intra e interurbana; serviços e comércio; arrecadação de impostos; insumos para a cesta básica regionalizada; índice da construção civil; produtos extrativistas; e infraestrutura urbana.

Outro apontamento inclui a compreensão da dinâmica intraurbana focando os projetos de habitação popular, as estruturas de mercado, hábitos alimentares e as finanças públicas (SCHOR *et al.*, 2016).

Bartoli (2017), ao discorrer sobre o STUR, ressalta em sua análise a relação do rural com o urbano não de maneira dicotômica, mas dialética. Diversas cidades desenvolvem sistemas territoriais a partir de frações do capital mercantil associadas a setores da chamada economia popular, utilizando as cidades enquanto nós multireticulares para extração (com raros processamentos), de recursos regionais (BARTOLI, 2018a). Para o autor, existem duas dinâmicas escalares que estão presentes na influência da cidade e do processo urbano ao contexto ribeirinho na sub-região de Parintins:

Uma é sub-regional, com as atividades econômicas da cidade intervindo nas configurações espaciais até onde sua influência alcança (municípios vizinhos e calhas de rios distantes, no caso do sistema pesqueiro que parte de Parintins até o rio Solimões); a outra é a escala intraurbana, com dinâmicas ribeirinhas confrontando ou se adequando às formas e processos urbanos. A primeira escala é dominada pelo capital mercantil e acaba afetando a segunda por ser coordenada por maior volume da capital empregado, necessitando de portos

privados que alteram a dinâmica intraurbana, por exemplo (BARTOLI, 2018b, 170-171).

Observamos a dependência do sistema fluvial nesta dinâmica. E mais, com a circulação fluvial a partir da capacidade de deslocamentos sazonais ou pendulares acaba pressionando a reconfiguração de fragmentos do espaço intraurbano (BARTOLI, 2018b).

É uma riquíssima reflexão para problematizar a existência de sistemas territoriais que possuem base em diferentes formas de circular pelos rios, adaptando técnicas e manejando recursos, ligando e interpenetrando o urbano aos diversos ambientes circunvizinhos (BARTOLI, 2018b, p.171).

Composto por grupos portadores de territorialidades e temporalidades específicas produzidas a partir de redes de sujeitos (coletivos organizados) situados na cidade de Parintins, no Amazonas, o STUR se situa como eixo mediador, tanto na articulação entre áreas, como na conexão entre práticas mercantis e práticas chamadas tradicionais para subsistência (BARTOLI, 2017). Nesse sistema territorial ocorrem também rebatimentos intraurbanos na maneira com que o espaço geográfico vai sendo apropriado e produzido (BARTOLI 2017).

O STUR demonstra o comportamento espacial dos circuitos da economia popular inseridos em contexto específico, ocorrendo práticas espaciais cujo recorte analítico prioriza áreas de influência da cidade de Parintins. E o seu mediador, abrange cinco vertentes:

i) zonal e topológico: conectando a cidade através de redes temáticas a pontos diversos do entorno sub-regional pela navegação fluvial; ii) produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano constituindo fixos úteis para a navegação por exemplo; iii) econômico dual e complementar: sendo dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade (em alguns casos, saltos escalares ocorrem em relações diversas que ultrapassam a subregião); iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e ressignificados pela inserção ao processo urbano (BARTOLI, 2018a, p. 11).

Bartoli (2018a), ao delimitar características e formação do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF) atrelado ao capital mercantil dominante, afirma que este cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas. Para o autor:

Grupos de grandes empresários locais configuram o STUF tendo a cidade com nó para extração de recursos naturais e base de ações onde: i) Há rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos,

o que confere maior extração de renda; ii) Incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, pesca comercial, etc.; iii) uso de embarcações: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio. Apesar de também afetados pelos ciclos da natureza (sazonalidade fluvial, principalmente), o STUF possui maior margem recursiva para minimizar efeitos. Destaca-se a posse dos terrenos frontais da cidade navegáveis o ano todo e pela natureza das embarcações e lugares acessados. Não necessitam transitar por furos, paranás menores ou lagos para busca de recursos (delegam isso ao STUR!). Exemplo marcante ocorre na comparação entre os portos do STUF que se localizam nos terrenos frontais da cidade que não secam, e os flutuantes-marina de bairros populares, situados em lagos periféricos da cidade, sujeitos às secas que impedem acesso a tais bairros via navegação. Essa produção desigual do espaço afeta a mobilidade de populares que sofrem por deixar suas embarcações longe de suas moradias na seca, necessitando pagar vigias (BARTOLI, 2018a, p.13).

A figura 1 demonstra a interação e composição entre os sistemas, que para o autor, se complementam. As circunferências pontilhadas (permeabilidades e interpenetrações) representam a abrangência dos sistemas e interações entre STUR e o STUF, atingindo sistemas territoriais ribeirinhos com pouca interação com a cidade (BARTOLI, 2017).

Figura 1. Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade



Fonte: Bartoli (2018a).

O Sistema Territorial Urbano-Fluvial, segundo Bartoli (2018a), passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor, afetando os demais sistemas ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas e rios. Tais sistemas territoriais com nó de ordenamento nas cidades são dinamizados por redes de sujeitos pertencentes à economia popular, cujas articulações com sistemas dominantes de mercados locais, configuram arranjos espaciais que permitem manutenção das atividades (BARTOLI, 2018a).

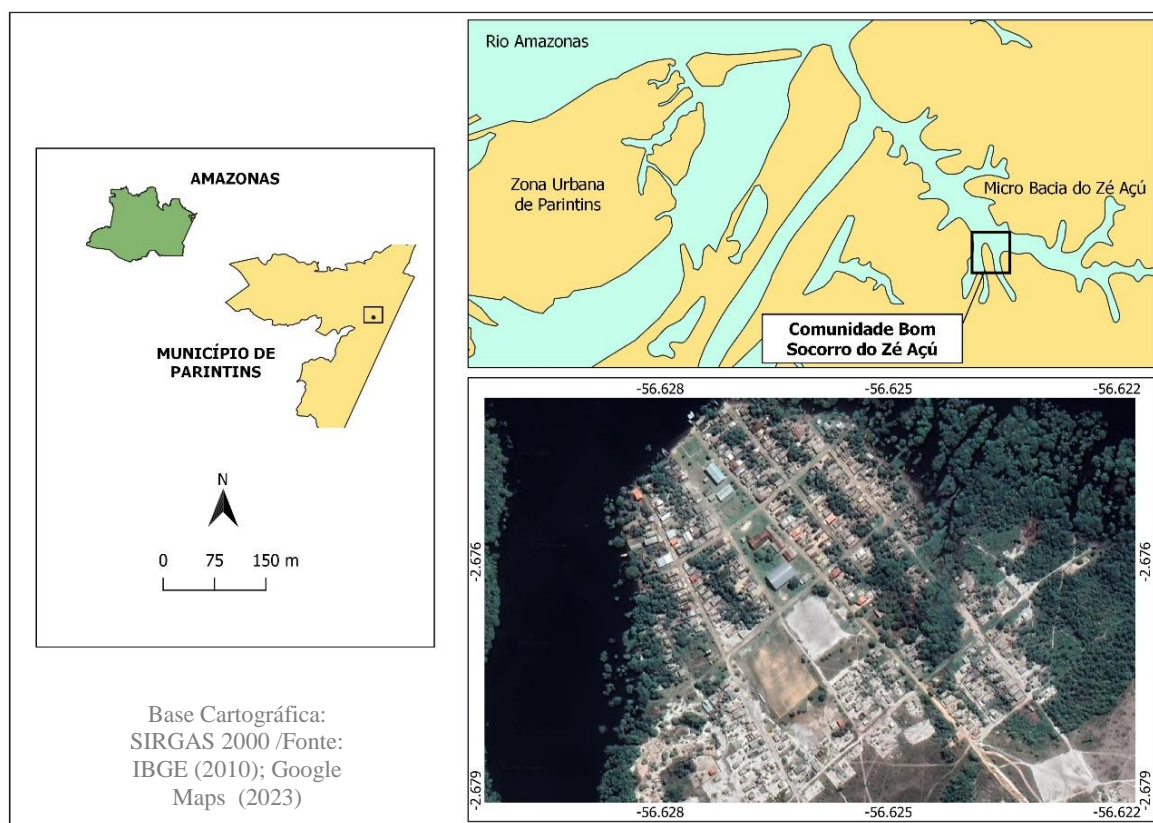
Enfim, amarrando a metodologia do STUR ao nosso objeto de pesquisa, cabe-nos os seguintes questionamentos (hipóteses): a comunidade Bom Socorro cumpre a

função de nódulo secundário à cidade, cumprindo funções urbanas mediadoras aos sujeitos que pertencem ao STUR local? O Bom Socorro serve como base para a reprodução das atividades do capital mercantil já que predomina a atividade mercantil?

### 3. COMUNIDADE BOM SOCORO DO ZÉ AÇÚ

A comunidade Bom Socorro do Zé Açú (Figura 2), objeto desta pesquisa, está localizada nas margens da microbacia hidrográfica do Zé Açú, situada cerca de 14km a leste da sede municipal de Parintins-AM. O principal acesso à comunidade se dá por meio de transportes fluviais, com duração de uma hora e meia, da cidade até a comunidade, se realizado por embarcação média de madeira, e cerca de 30 minutos se realizado por botes de alumínio ou lanchas.

Figura 1. Mapa de localização da Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

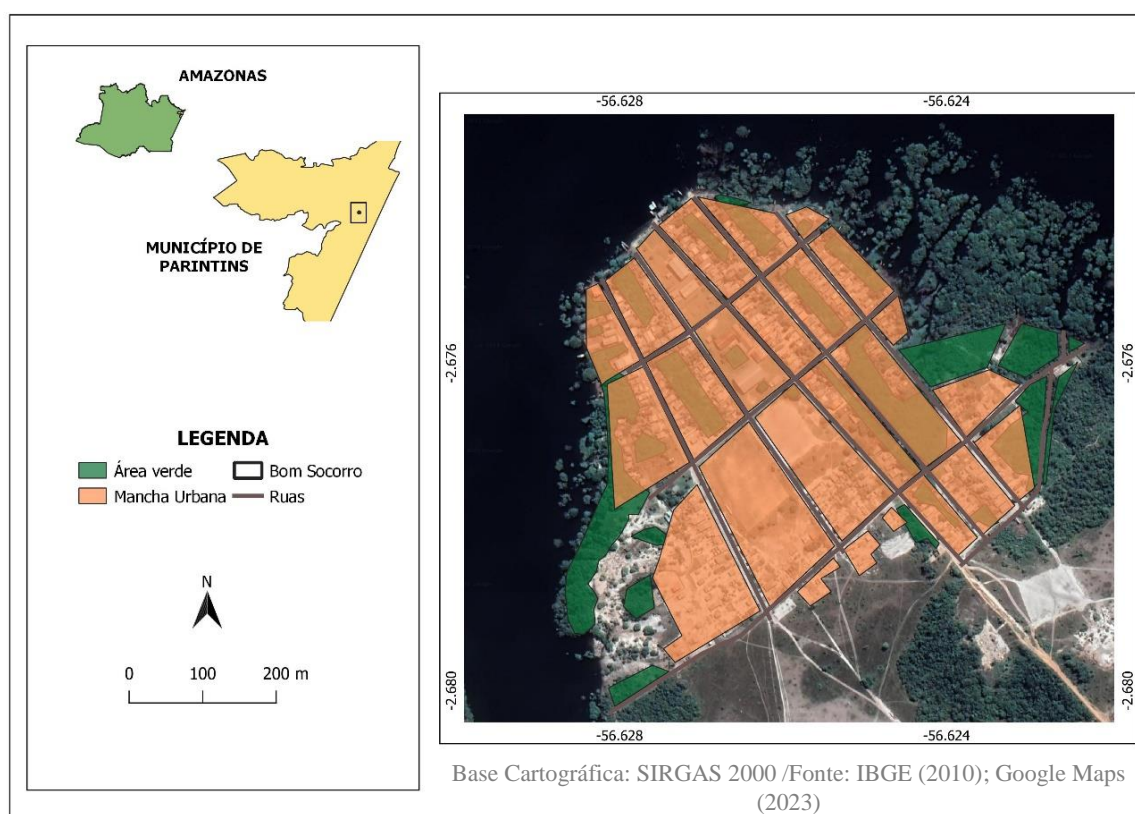


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Segundo Silva (2017), o território do Zé Açú está sendo constantemente pressionado em relação as suas terras, florestas e águas, por agentes econômicos oriundos da cidade e de regiões próximas, causando assim conflitos de ordem econômica, ambiental e social.

Atualmente o Bom Socorro possui 1.500 habitantes, divididas em 150 famílias<sup>5</sup>. A área urbana da comunidade (com malha pavimentada e concentração de casas) se estende em uma área de 600 metros de frente e 1.000 de fundo, e possui uma infraestrutura que lembra uma pequena sede municipal, dividida em uma malha urbana de poucas ruas todas asfaltadas. A estrutura urbana da comunidade é representada pela figura 3, nela podemos observar a conformação da urbanização da comunidade e sua relação com a margem da microbacia do Zé Açú.

Figura 2. Comunidade Bom Socorro do Zé Açú - Mancha urbana.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Costa *et al.* (2013b) revela que, ao se avistar a comunidade do Zé Açú, percebe-se um espaço bastante modificado pelo homem, já não podendo mais ser descrita como uma comunidade ribeirinha tradicional, característica compartilhado por Silva (2009). A autora descreve que por todas as conquistas ocorridas na comunidade em relação ao desenvolvimento urbanístico faz com que o Zé Açú se apresente como uma

<sup>5</sup> De acordo com o presidente da comunidade. Os dados demográficos do IBGE são desatualizados, não sendo possível utilizar para este estudo. Destaca-se os dados encontrados nos estudos de Costa *et al.* (2013a; 2013b), nas quais apontam um quantitativo de 1.200 habitantes divididos em 230 famílias.

comunidade diferenciada, pois apresenta particularidades próprias, diferenciando-se das demais comunidades rurais do município de Parintins, não só por ter uma paisagem típica de pequena cidade na sua composição, mas também pela própria apropriação de hábitos e costumes típicos da cidade, visto que os modos de vida foram alterados (SILVA, 2009).

Costa *et al.* (2013a) destacam que as permanências e as transformações que ocorrem nas comunidades rurais, principalmente as que se localizam as margens dos rios, lagos e igarapés desse vasto território que é a Amazônia, se explica pela multiplicidade de modos de vida encontrados na comunidade do Bom socorro, e que são permeadas pelos aspectos socioculturais de seus habitantes.

Os serviços identificados no Bom Socorro são apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Serviços disponíveis na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

<b>Infraestrutura</b>	<b>Serviços públicos de saúde e educação</b>	<b>Serviços Informais</b>
Água Potável	Um posto de saúde. Normalmente possui um enfermeiro que permanece na comunidade. O médico realiza as consultas em dias específicos de acordo com o cronograma elaborado pelo município. O posto de saúde também oferece atendimento odontológico.	Preparo de remédios caseiros
Saneamento Básico precário	Uma Escola municipal que atende o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.	Puxador
Energia Elétrica		

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nos estudos de Costa *et al.* (2013b), a escola municipal da comunidade possui uma estrutura com laboratório de informática e sala especializada para atendimento aos alunos com necessidades especiais, sendo que a escola atende principalmente os alunos das comunidades adjacentes que utilizam tanto a via fluvial (barcos) como a via terrestre (ônibus) para se locomover até a comunidade. Nesta pesquisa, foi identificado que a escola de Ensino Fundamental, a noite atende ao ensino de Jovens e Adultos (EJA).

O saneamento se apresenta de maneira precária, pois não existe coleta de lixo na comunidade e foram observados a inexistência de esgotos no Bom Socorro. Os resíduos, ou são descartados no ambiente longe das casas em lixeiras a céu aberto, ou são queimados. Fato este observado também por Pacheco (2013). A autora complementa

que os comunitários ficam incomodados com os resíduos sólidos que são jogados pelas embarcações de passageiros e de lazer, assim como daqueles arrastados pelas chuvas e ancorados nos portos dos comunitários, não somente do Bom Socorro, mas também na Paraíso e Nazaré, que são comunidades localizadas a margem da microbacia do Zé Açú.

A água potável é distribuída pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O acesso à energia é recente e provém da cidade de Parintins.

Uma das dificuldades apontadas pelos donos dos estabelecimentos é no sentido de manter a conservação dos produtos devido a falhas na distribuição da energia. A rede elétrica da comunidade é abastecida por um gerador que fica localizado na vila Amazônia e que alimenta todas as comunidades que fazem parte da gleba. A empresa que fornece os serviços é a mesma que atua na cidade de Parintins. No início da instalação do gerador, os comunitários passavam meses sem o fornecimento da energia, e com o passar do tempo, mesmo com os avanços na infraestrutura, eles ainda passam por essa situação. As dificuldades não afetam somente ao armazenamento do alimento, mas também a distribuição de água (AMAZONAS, 2018).

Devemos considerar que o acesso à energia elétrica é recente e isso muda o perfil de consumo das comunidades em relação aos alimentos congelados, assim como outros alimentos de maior perecibilidade que podem ser estocados.

O Zé Açú é uma área já bastante alterada em sua composição florestal pelo desmatamento para criação de pastos para a pecuária, mas essas fazendas pertencem a pecuaristas da cidade de Parintins e não dos próprios moradores que, muitas vezes, apenas trabalham como empregados nessas fazendas, cuidando e tomando conta do gado para os “patrões” que moram na cidade (SILVA, 2009).

A agricultura é realizada de forma tradicional, utilizando técnicas rudimentares e sem emprego de maquinário agrícola, onde a maior parte da mão de obra é familiar e as atividades de pesca e agricultura são complementares, em que os produtos oriundos dos cultivos agrícolas estão mais voltados para a geração de renda pela comercialização e a pesca voltada para o consumo da família (SILVA, 2009).

A comunidade não possui porto, e os barcos são atracados na beira do rio, que também funcionam como balneário para banhistas que a visitam em determinadas épocas do ano e para práticas lúdicas das crianças e jovens locais.

Em relação ao comércio, as mercadorias provêm principalmente da cidade de Parintins. Para Costa *et al.* (2013a), essa relação guarda proximidade com a sede

municipal que não se dá de forma unilateral, pois muitos moradores de Parintins sempre estão indo a Bom Socorro, por vários motivos que incluem, laços de família, festas religiosas, e pelo lazer nos banhos no lago do Zé Açú. Enquanto a comercialização dos produtos advindos da agricultura é feita, principalmente, com a cidade e o restante comercializado na própria comunidade (SILVA, 2009).

Segundo Costa *et al.* (2013a), o Bom Socorro funciona na região do Zé Açú como uma centralidade através principalmente dos serviços de saúde, educação e da influência econômica, serviços estes que atraem as outras comunidades que não dispõem desses mesmos serviços, ou simplesmente por que não os possuem com a mesma qualidade que existe na comunidade de Bom Socorro. O que abarca a questão da responsabilidade territorial exercida por seu papel diante das comunidades circunvizinhas.

Bartoli *et al.* (2020) abordam a responsabilidade territorial, exercida no modelo STUR, na cidade de Parintins, e que esta demanda de práticas exercidas por meio de três vertentes, na qual a primeira refere-se a presença de instituições presentes da cidade, o que propicia outras formas de organização social como os coletivos organizados que se beneficiam dessa densidade de relações territoriais, e ressalta o papel de mediação política. A segunda vertente seria a função que a cidade exerce enquanto centro distribuidor comercial sub-regional consolidado por meio do fortalecimento de empresas comerciais e sistemas territoriais de distribuição por transporte fluvial, e por fim, a responsabilidade ambiental que decorre da intensificação da absorção de produtos regionais pela cidade relacionados aos principais sistemas territoriais existentes na cidade: madeira e pesca.

Costa *et al.* (2013b) apresenta um levantamento da quantidade de estabelecimentos comerciais presentes no Bom Socorro. Segundo os mesmos, existiam um total de 14 (quatorze) estabelecimentos comerciais na comunidade, distribuídos em (2) açougues, (2) mercearias, (6) pequenos comércios, (1) lanche e (1) bar. Os autores descrevem que os comércios e mercearias do Bom Socorro geralmente são de moradores, que transformam um cômodo de sua casa em comércio e que eles abastecem não apenas o consumo local, mas também das demais comunidades adjacentes, o que torna visível, mais uma vez, a sua importância como centralidade econômica na região.

O quadro 2 mostra que atualmente existem 10 estabelecimentos comerciais na comunidade do Bom Socorro. Estes foram divididos em boxe ou taberna (são comércios

pequenos que realizam vendas de itens básicos e possuem pouca ou quase nenhuma estrutura de mercearia); comércios maiores (que possuem padaria, com um pouco mais de estrutura); lanchonete; bar; e distribuidora (que também funciona com mais de dois tipos de atividades comerciais).

Quadro 2. Estabelecimentos comerciais presentes na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú.

<b>Estabelecimento comercial</b>	<b>Nome fantasia</b>	<b>Quantidade</b>
Boxes e tabernas/estivas/	<i>Comercial JL</i> <i>Box Neandra</i> <i>Comércio 2 irmãos</i> <i>Box Ana</i> <i>Sem nome</i>	5
Comércios maiores/estivas/padaria	<i>Box São Lázaro</i> <i>Comercial SS Pizano</i>	2
Lanchonete	<i>Lanche Mananata</i>	1
Bar	<i>Sem nome</i>	1
Distribuidora/comércio/ferragens/materiais de construção/autopeças	<i>Vento Norte</i>	1
Total		10

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De acordo com o quadro 2, observa-se que o quantitativo de estabelecimentos em relação aos dados de 2013 são distintos, porém há existência de comércios que possuem maiores estruturas e realizam a comercialização de diversos produtos. A presença de comércios maiores e de um estabelecimento amplo como o *Vento Norte* reflete o elemento urbano sendo fixado na comunidade e que a mesma serve de entreposto de distribuição para as comunidades que compõem a rede.

Por se tratar de uma localidade pequena, é comum encontrarmos estabelecimentos que trabalhem com múltiplos seguimentos comerciais, como é o caso da *Distribuidora Vento Norte*, que trabalha com a distribuição de bebidas, comércio de estivas, ferragens, materiais de construção e autopeças e os comércios *SS Pizano* e *Box São Lázaro*, que possuem também padaria própria, funcionando dentro do comércio de estivas. A existência desses dois comércios mais estruturados demonstra que o processo urbano se caracteriza pela extensão que o consumo atinge na formação de fixos (casas comerciais) e dos fluxos de embarcações na relação cidade-comunidade e posterior distribuição por estradas às comunidades do interior da gleba. Estes fluxos revelam como a comunidade complementa as atividades do STUF.

Os comerciantes entrevistados relatam que os principais produtos comercializados no Bom Socorro são as estivas, frios, alimentos processados e gasolina

e que são provenientes de Parintins. A presença desses alimentos do mercado urbano certamente contribui para as mudanças na dieta da comunidade. O que também pôde ser visto por Costa *et al* (2013a), que acrescenta ao informar que a época em que mais se vende estes produtos é início e fim dos meses.

O quadro 3 representa um balanço geral dos principais produtos que são comercializados atualmente no Bom Socorro, adquiridos por meio da aplicação dos formulários. Podemos notar que os produtos extrativistas são minoria no que diz respeito a alimentação comercializada na comunidade.

Quadro 3. Principais produtos comercializados na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

<b>Prod. Processados</b>	<b>Estivas</b>	<b>Prod. Extrativistas</b>	<b>Outros</b>
Cachaça	Açúcar	Abacaxi	Água Mineral
Calabresa	Água sanitária	Banana	Cigarro
Cerveja	Arroz	Cará	Gás de cozinha
Charque	Biscoitos/ bolachas	Carvão	Gasolina
Conserva	Café	Castanha	Ovos
Frango	Feijão	Cupu- Açú	Pão Torrado
Miojo	Macarrão	Farinha	Ração pet/ aves
Refrigerante	Milho	Vassoura	
Salgadinho/ Milito	Óleo		
Salsicha	Sabão		
Sardinha			

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De maneira geral, a comunidade apresenta-se como um nódulo urbano que exerce um papel central a partir de rede de fluxos de fixos, com baixa produtividade rural, mas significativa mediação de produtos oriundos do extrativismo. O Bom Socorro atua como receptor dos produtos extrativistas oriundos das comunidades em seu entorno, já que o porto é o principal acesso para a cidade de Parintins.

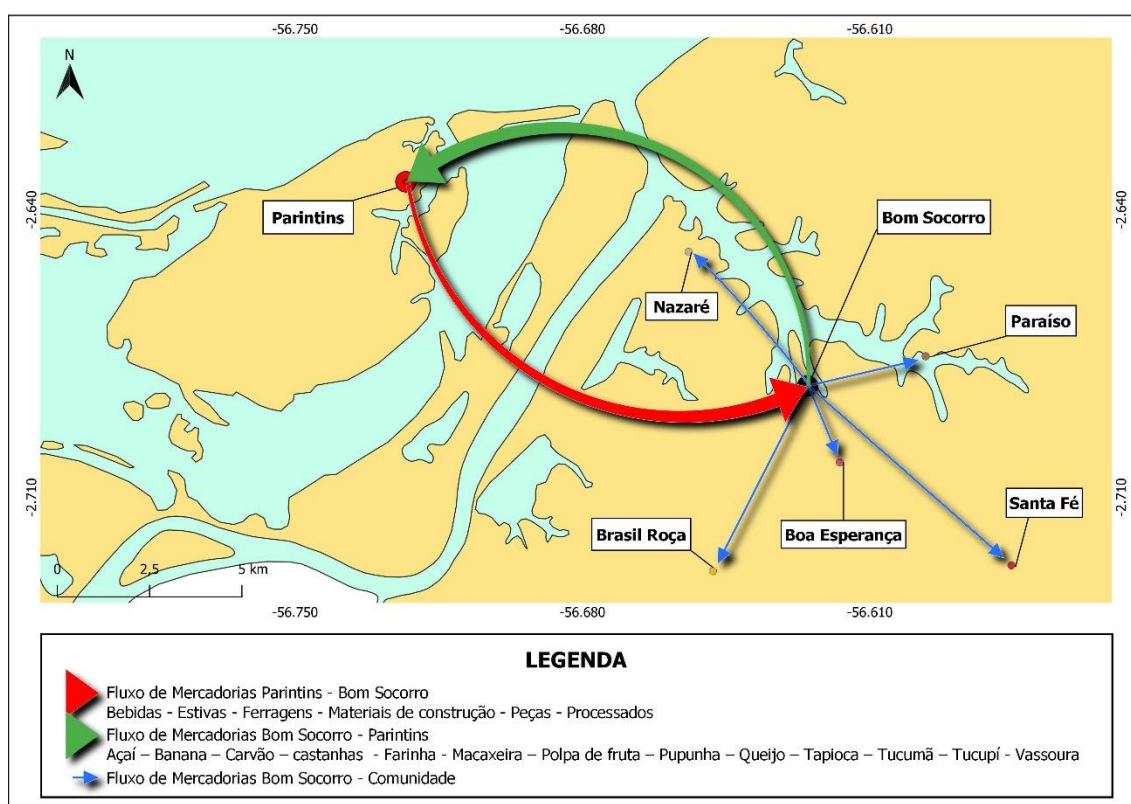
Quanto aos fluxos realizados por transporte fluvial, são realizados por dois barcos de recreio (batelões médios) e uma lancha de alumínio grande para passageiros, ambos particulares. Os barcos realizam o transporte de passageiros e produtos entre a comunidade e Parintins, além de servir como frete quando solicitado por clientes, com frequência de trajeto diária. As três embarcações realizam o trajeto para a cidade no horário de 5h:30min da manhã e retornam para o Bom Socorro ao meio dia, nos dias de segunda a sábado. A viagem por meio dos batelões dura cerca de uma hora e meia nos períodos de cheia dos rios e duas horas na vazante.

#### 4. A RELAÇÃO DO BOM SOCORRO DO ZÉ AÇÚ COM A CIDADE DE PARINTINS E DEMAIS COMUNIDADES DO ENTORNO

A relação da comunidade do Bom Socorro com as demais comunidades adjacentes da região do Zé Açú mostra como o crescimento do comércio e dos fluxos através das lanchas contribuem para a ampliação dos serviços que os comunitários comerciantes oferecem aos pequenos agricultores da região.

A figura 4 representa a rede de fluxo entre o Bom Socorro, as comunidades adjacentes e a zona urbana de Parintins.

**Figura 4.** Rede de fluxo de mercadorias entre o Bom Socorro do Zé Açú



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O Bom Socorro possui um papel de absorção dos produtos extrativistas e agrícolas advindos das demais comunidades rurais, o que o coloca como um centro distribuidor desses produtos posteriormente para a cidade. Os comerciantes compram estes produtos dos agricultores e os revendem dentro da Comunidade e Parintins. Nesta pesquisa, identificamos a presença constante de produtos comercializados para a área urbana de Parintins, como açaí, banana, carvão, castanhas, macaxeira, polpas de frutas, queijo, tapioca, tucumã, tucupí e vassoura.

Os produtos industrializados e cesta básica comprados na cidade de Parintins são comercializados também para as demais comunidades no entorno do Bom Socorro. Aqui, a comunidade se configura como um centro distribuidor desses produtos com foco nas comunidades adjacentes.

Essas descrições nos fornecem informações importantes da atuação do STUR entre a Comunidade do Bom Socorro e demais comunidades. A atividade dual do Bom Socorro como receptor e distribuidor o coloca em uma posição de importante centralidade, um centro secundário, corroborando com a comprovação de dinâmicas que não haviam sido estudadas no STUR.

Portanto, a figura 4 evidencia umas das principais características do modelo STUR apresentado em diversas pesquisas na microrregião de Parintins sintetizadas em Bartoli (2020). A comunidade do Bom Socorro participa das duas forças que a relação STUR / STUF (interiores/cidade) realizam:

- a) Força centrípeta: moradores se deslocam pendularmente para a cidade com estratégias e interesses variados, transportando para a cidade produtos extrativistas e rurais. Os barcos e lanchas no porto da comunidade, assim como os pequenos comércios, são elementos que compõem um nódulo importante dessa micro rede.
- b) Força centrífuga: os fluxos da cidade são repletos de produtos advindos das principais casas comerciais, que suprem a demanda tanto da comunidade e posteriormente atingindo outras comunidades do interior da gleba da vila Amazônia. O Bom Socorro é um nódulo secundário que participa da rede distribuidora de produtos advindos de escalas diversas e que localmente compõem o capital mercantil urbano, tendo forte articulação com as redes voltadas ao extrativismo.

Esse novo arranjo vem “demandando” a qualificação de urbanidades na comunidade, ou seja, reconfigurou tanto a dinâmica local que aos poucos é absorvida e ressignificada.

Outro ponto a se discutir refere-se acerca da produção agrícola do Bom Socorro, pois, mesmo que ela não tenha se mostrado relevante em seu crescimento com o passar dos anos, ainda assim, existe. Havendo, portanto, uma espécie de justaposição entre ruralidade e urbanidade no Bom Socorro.

### 3 CONCLUSÃO

Foi identificado neste estudo que o perfil de serviços e infraestrutura do Bom Socorro é distinto das comunidades menores, portanto, apresenta-se com um perfil mais complexo, e isso o coloca em uma posição hierárquica diferenciada. Sua posição é estratégica na relação sítio / situação, pois ela se localiza em beira navegável na microbacia do Zé Açú, sendo nódulo de absorção e distribuição de produtos.

Mesmo sendo uma comunidade com tradição rural, a produção agrícola do Bom Socorro se encontra estagnada, enquanto a função de distribuição de produtos variados foi ampliada.

Isso evidencia, portanto, um aspecto do fenômeno urbano na Amazônia. Apesar dessa alteração de funções, há manutenção de aspectos culturais e identitários da comunidade, onde o tempo lento e a simplicidade das relações do cotidiano ainda são fortes. A permanência de ritmos e territorialidades ribeirinhas é latente mesmo com o avanço das relações descritas.

A própria comunidade do Bom Socorro, enquanto nódulo secundário das redes cidade-interiores, possui sua força centrífuga e centrípeta, denotando grau mais elevado de centralidade em relação às demais comunidades da Gleba Vila Amazônia. É esse conjunto de fixos e fluxos que a colocam como uma comunidade de funções urbanas hibridizadas com permanências socioculturais.

### REFERÊNCIAS

AMARAL, S.; DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; ANDRADE, P. R.; PINHEIRO, T. F.; ALVES, P.A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Comunidade ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do baixo Tapajós (PARÁ-BRASIL). Rio de Janeiro-RJ, v. 30, n. 2, p. 367-399. 2013.

AMAZONAS Energia deixa Zé Açú 48 horas sem energia elétrica. **Repórter Parintins**. 12 de out. 2018. Disponível em: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-92203-amazonas-aenergia-deixa-ze-acu-48-horas-sem-energia-elétrica>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17027, 2018a.

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020

BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a partir da cidade**: Sistemas Territoriais Urbano-ribeirinhos em Parintins. 2017. 297f. (Tese) Doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, [s.n.], 2017.

BARTOLI, Estevan.; SCHOR, Tatiana.; OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades médias na Amazônia: Ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins, Am, Brasil . **Terr@Plural, Ponta Grossa**, v.14, p. 1-22, e2013253, 2020.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida**: entre a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. K. **Undoing Myths**: The Amazon - an urbanized forest. *In*: CLÜSENER, M. G.; SACHS, I. (Ed.). Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region - man and biosphere series. Paris: UNESCO and Parthenon Publish Group Limited, p. 53-89. 1995.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. 1º ed. Editora: EDUA. 2006, 383 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Periodização da rede urbana na Amazônia”. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v49. n3. p. 39-68, julh. 1987.

COSTA, L. B.; SILVA, C. M. ANDRADE, F. V. A inserção do urbano e as transformações socioespaciais em comunidades rurais: um estudo na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, no município de Parintins - AM, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, ago. de 2013b.

COSTA, L. B.; SILVA, C. M. ANDRADE, F. V: Mudanças e permanências nas sociedades rurais amazônicas: Um reflexo sobre a circularidade cultural na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú no município de Parintins, AM-Brasil. **En Contribuciones a las Ciencias Sociales**, ago. de 2013a.

FREITAS, C. O que é e como funciona um assentamento? **De Ecoa**, São Paulo 13 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/02/13/o-que-e-e-como-funciona-um-assentamento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 07 de out. de 2021.

GODFREY, B. J. Frentes de expansão na Amazônia: Uma perspectiva geograficohistórica. **Geosul**, 6: p. 7-20. 1988.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-Anpur, p. 169-181, 1994.

MONTOIA, G. R. M.; COSTA S. M. F. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22 n. 2, p. 183-204., maio-ago 2019.

PACHECO, Jesuéte Brandão. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental**. 261 f. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2013.

SCHOR, T.; OLIVEIRA J. A.; MORAIS, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016.

SILVA, C. M. M. **Lutas e conflitos socioambientais no território do Zé Açu/Parintins/Amazonas**. *In*: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ GT XII – Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo. Curitiba, nov. de 2017.

SILVA, C. M. M. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. 296 f. (Tese) Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2009.

SILVA, M. Cidades Médias e Pequenas da Bahia: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso *In*: (Org). LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108. 250 p.